ATA DA QUINTA REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO CONSULTIVA DO

PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO CENTRO

Agenda da reunião:

1. Boas-vindas
   (Fernanda do Carmo, Presidente da Comissão Consultiva)
   Abertura
   (Isabel Damasceno, Presidente da CCDR Centro, I.P.)
2. Aprovação da ata da quarta reunião plenária da Comissão Consultiva do PROT Centro
3. Apresentação da Proposta do PROT Centro;
   (Eduardo Anselmo Castro, Vice-Presidente da CCDRC, I.P.)
   Discussão sobre o documento apresentado
   (Comissão Consultiva)
4. Apresentação da proposta de estrutura do parecer final, do respetivo calendário de elaboração e aprovação e da constituição do grupo relator
   (Fernanda do Carmo, Presidente da Comissão Consultiva)
5. Encerramento

A lista de representantes e respetivo registo de presença constitui o Anexo I.

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
Abertura	A **Presidente da CC, Fernanda do Carmo**, deu as boas-vindas aos presentes. Iniciou a reunião sublinhando tratar-se de uma reunião crucial porque será apresentada a proposta de PROT Centro com todos os documentos que a integram. Destacou que a proposta foi atempadamente disponibilizada na PCGT e corporiza o resultado da articulação que durante o processo da sua elaboração foi estabelecido pela CCDR Centro com os atores regionais. A **Presidente da CCDR Centro, Isabel Damasceno**, Destacou a importância do PROT para a região porque, afirmou, é nele que ficarão expressas as opções estratégicas e o pensamento estratégico para a região centro. Referiu que o processo do PROT está a avançar em passos acelerados para a fase final e alertou para as etapas a vencer até à sua aprovação, nomeadamente, a discussão pública e a sequente análise das propostas e contributos, a aprovação e a respetiva homologação. Reiterou a importância da reunião, pela apresentação da proposta completa o que permitirá aos membros da Comissão Consultiva fazer as suas apreciações e darem os seus contributos. Informou que em ponto próprio da agenda da reunião será apresentado um calendário detalhado relativo ao desenvolvimento do processo. Enfatizou que, para além dos comentários que possam ser feitos na reunião, as entidades poderão fazer chegar os respetivos pareceres escritos. Terminou agradecendo a presença de todos e fazendo votos para uma grande participação na discussão. A **Presidente da CC** deu continuidade à reunião passando ao ponto seguinte da agenda.	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
Aprovação da ata da 4.ª reunião plenária	A Ata da 4ª Reunião Plenária da CC foi aprovada por unanimidade.	Ata aprovada por unanimidade
Apresentação da Proposta do PROT Centro	O **Vice-Presidente da CCDR, Eduardo Anselmo de Castro (Responsável pela equipa do PROT)**, passou a apresentar a proposta do PROT Centro, começando por afirmar que o PROT é estratégico, participativo e coerente. E que os seus objetivos estratégicos são: – Definir as grandes linhas de orientação estratégica para o desenvolvimento territorial da Região Centro até 2030; – Mobilizar os centros de conhecimento da Região Centro: universidades e institutos politécnicos; – Envolver em exercícios informais de participação os agentes e entidades da região. Continuou expondo detalhadamente os conteúdos da proposta do PROT Centro: – Estrutura; – Estratégia: Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT); Desafios Transversais; Sistemas Territoriais e Modelo Territorial; – Operacionalização da Estratégia: Programa de Execução e respetivos Projetos-Piloto; – Normas Orientadoras; – Modelo de Governança; – Sistema de Monitorização e Avaliação.	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
Discussão sobre o documento apresentado	A **Presidente da CC, Fernanda do Carmo** Abriu o debate, passando a palavra à assembleia. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Serra dos Reis** Felicitou a equipa pelo excelente trabalho e iniciou o seu comentário referindo que o município submeteu, na PCGT, os seus contributos. Procedeu à exposição das seguintes questões, solicitando que sejam incluídas no documento: – Aludiu à página 122, no ponto onde se faz referência às barragens de Girabolhos e Alvito. Solicitou que aí conste também a barragem das Penhas da Saúde, conhecida como Barragem das Cortes, relevando que da inclusão desta proposta depende o parecer favorável a este programa por parte do município que representa. Referiu que esta barragem está inscrita no programa de revitalização do parque natural da Serra da Estrela e é uma infraestrutura importante de armazenamento de água e de distribuição água para áreas com necessidades hídricas; – Registou com agrado as referências à produção energética, tendo destacado como fundamental que o PROT faça referência às comunidades energéticas, associando a produção múltipla e usos múltiplos à construção de barragens. Manifestou a convicção de que com as comunidades energéticas os municípios poderão, nomeadamente, pagar o consumo de energia com a iluminação pública, as suas estruturas e, ao mesmo tempo, reduzir a fatura dos consumidores; – IC 6 e *Green Road* (Estrada Verde): relativamente a este item recuperou um assunto que, afirmou, já ter 30 anos, solicitando que no traçado do IC 6 fosse contemplado um túnel de atravessamento da Serra da Alvoaça (entre Unhais da Serra e Alvoco da Serra). Destacou a importância desta ligação transversal (Covilhã - Coimbra - Figueira da Foz), que colmata um estrangulamento nas ligações transversais da Cova da Beira com o Litoral. Relevou a importância deste túnel, afirmando que não terá mais que 800 m e reduzirá 32 km ao traçado previsto, eliminando 9 obras de arte nesse traçado, com economia de tempo e custos de percurso, aspetos importantes para a redução da pegada	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
	carbónica. Deu nota, ainda, que no dia 17.12.2024, em Unhais da Serra, será realizada uma conferência onde este assunto será debatido de uma forma ampla; – Redução da emissão para a atmosfera de CO2 proveniente de incêndios e queimadas: destacou como fundamental a referência feita à rede de recolha de sobrantes e à criação de parques de maquinaria coletiva, nomeadamente, um parque de bio trituradores. Sugeriu que os municípios e freguesias se organizassem para a criação destes parques que, para além de potenciarem a eliminação das queimas e queimadas, beneficiariam com os seus serviços pequenos e médios agricultores, em contraponto à recolha de sobrantes; – Valorização dos lugares: recordou a importância histórica da Covilhã no setor dos lanifícios, bem como do património edificado associado a essa atividade. Referiu a importância de que a cidade, e este património, sejam considerados lugar(es) com história. Concluiu referindo que, para além do documento que já submeteram na PCGT, farão chegar um outro documento sobre estas questões. A representante do **Património Cultural I.P. Sandra Lourenço** Iniciou por referir que fizeram uma leitura do documento da proposta do PROT, assim como do Relatório Ambiental, informando que esta entidade já disponibilizou o seu parecer na PCGT e, nesse contexto, expressou os seguintes comentários: – Decorrente da apreciação da proposta, deixou expresso que considera que a abordagem ao património cultural na região centro é muito superficial e secundarizada, tendo chamado à atenção de que é necessário ter em conta que, por um lado, o património cultural e identitário tem um valor de memória transversal a todo o território da região centro, assim como à maioria dos sistemas que estão elencados no PROT e no PNPOT. Por outro lado, o património cultural não se reduz aos castelos, aos solares, aos palácios e ao património arquitetónico classificado, é muito mais abrangente do que isso, afirmou.	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
	– Referiu, que foi com alguma surpresa que verificaram que, nos documentos do PROT, apenas existem duas ou três curtas referências ao património arqueológico. Enfatizou que o património arqueológico é também um recurso da região centro. Um recurso que pode alavancar o território mais deprimido (Pinhal Interior; Raia) do ponto de vista económico e demográfico, em articulação com o património natural, assim como pode alavancar o turismo arqueológico, que atrai, potencia, valoriza e promove o território. – Abordou, ainda, a questão dos efeitos das alterações climáticas, nomeadamente na expressão dos incêndios rurais e a decorrente erosão dos solos, referindo que deve também ser considerada na análise de riscos a dimensão do património cultural. Concluiu considerando que este instrumento [PROT Centro], devia ter uma visão mais aprofundada, mais abrangente e mais estratégica para o património cultural. Informou que o parecer desta entidade, nesta fase, é desfavorável. Destacou que o parecer submetido é detalhado e apresenta propostas muito concretas, expressando disponibilidade para dialogar e concertar com a CCDR Centro. O **Primeiro Secretário da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, Paulo Santos** Referiu: – Que a posição d a CIM de Leiria era bastante crítica relativamente à proposta inicial e salientou o trabalho notável de concertação e de franca colaboração com a equipa do PROT, que procurou aproximar posições, o que se refletiu numa evolução positiva traduzida na proposta agora apresentada; – Nas questões relativas à dimensão cultural, relevou a importância dos geossítios e da arqueologia da região centro. Informou que estão a trabalhar noutros fóruns e programas focados na promoção e potenciação deste ativo; – Introduziu uma questão que não esteve na concertação inicial com a equipa do PROT, a economia verde no Pinhal Interior, afirmando que este território tem grande potencial neste domínio. Referiu a importância de introduzir e aprofundar o mercado voluntário de carbono na proposta,	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
	para que o subsistema do Pinhal Interior seja diferenciador nesse objetivo, através de um projeto piloto. Concluiu expressando que, na sua opinião, o PROT tem de ser um documento mobilizador, um documento político que junte a região centro através de um conjunto de objetivos estratégicos comuns. O **Presidente da Câmara Municipal do Fundão, Paulo Fernandes** Referiu: – Sobre a componente normativa considerou que poderá haver aspetos a melhorar, especificamente no que respeita à dicotomia entre solo urbano e solo rústico; – Sugeriu a revisitação da forma como estão escritas algumas das normas orientadoras da proposta do PROT, adaptando-as e melhorando-as tendo em conta, nomeadamente, o normativo que estará a ser revisto pelo Governo e alterará regras da reclassificação de solo rústico; – Referindo-se, ainda, à parte normativa, expressou que a proposta tem de ser mais precisa, tendo em conta a enorme diferenciação da estrutura fundiária entre sub-regiões e municípios, sinalizando que na proposta são várias as normas com valores absolutos de unidade mínima para determinado tipo de funções. Por exemplo, apelou para que houvesse cuidado no domínio do turismo porque, afirmou, 40 ha têm um peso diferente quando a estrutura fundiária tem propriedades com uma dimensão média de 50 ha, daquele que tem, quando a dimensão média das propriedades é de 0,5 ha. Concluiu deixando expresso que, face à complexidade que a região apresenta, este tema deve ser mais bem trabalhado. Referiu ser necessária uma aproximação, mais justa e mais lógica, à estrutura concreta dos diferentes territórios, tendo em conta, também, as dinâmicas da demografia e da habitação. – Sobre o tema dos serviços de ecossistemas, expressou que este deve procurar focar-se na sua operacionalização porque, neste domínio, a região apresenta claras vantagens, uma vez que o carbono não é um problema e pode servir como valor de troca no mercado interno, disseminando	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
	boas práticas num mercado de carbono justo. Concluiu, enfatizando a proposta da CIM de Leiria para integrar no PROT um projeto piloto do Pinhal Interior que dê expressão às áreas protegidas e ao mercado interno do carbono. O representante da **Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Rui Simão** Tendo felicitado a equipa pelo trabalho desenvolvido, deixou os seguintes comentários: – Reforçou a importância do sequestro de carbono, ou da valorização dos serviços de ecossistema, chamando a atenção para um projeto-piloto já considerado e que está direcionado aos baldios - O baldio do futuro. Acrescentou que a Pampilhosa da Serra tem pouco mais de 4000 habitantes e mais de 7000 ha integrados em baldios, devidamente cartografados e com gestão integrada. Referiu que a principal questão relacionada com a operacionalização dos serviços de ecossistemas, ou da fixação de carbono, tem a ver com o cadastro, com a propriedade e com a capacidade de intervir em áreas com massa crítica, ou com dimensão crítica mínima. – Enfatizou que não há territórios fora da estratégia do PROT. Para construir uma região de futuro, cada território é convocado, com as especificidades que tem. Destacou a dimensão da paisagem cultural, as redes de aldeias, o maciço central e a importância estratégica dada aos sistemas urbanos de transição entre o eixo litoral (mais competitivo) e o eixo do interior. Concluiu este ponto referindo que, na sua perspetiva, transição significa relacionar subsistemas e centros estruturantes à escala regional; mas também reforçar os centros urbanos de pequena escala, que são as aldeias, e a sua dimensão periurbana. Terminou salientando a colmatação de algumas acessibilidades que, não tendo escala e caráter regional, são fundamentais para que o subsistema se possa relacionar. A **Presidente da CC, Fernanda do Carmo** Deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da CCDR Centro para comentar este primeiro conjunto de intervenções.	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
	O **Vice-Presidente da CCDR Centro, Eduardo Anselmo de Castro** Expressou concordância com quase tudo o foi referido pelo Sr. **Vice-Presidente da Câmara Municipal da Covilhã**, tendo comentado os seguintes pontos: – Relativamente à questão do túnel de atravessamento da Serra da Alvoaça, referiu que o PROT não define traçados, no entanto, é possível referir o desenvolvimento do eixo em que a proposta do túnel se insere; – Sobre o tema das bio-trituradoras, afirmou ser uma ideia a considerar e integrar como complementar, não sendo alternativa ao resto, porque também é importante que haja matéria-prima para a produção de energia de biomassa; – Em relação à questão da história industrial, salientou que a Covilhã está referenciada como um dos sítios mais importantes da região centro no que respeita ao turismo industrial. Informou que, naturalmente, o sítio da Covilhã está ligado ao turismo industrial e que, se essa dimensão não estiver na proposta com o foco necessário tal será reforçado. Referiu, ainda, que esta dimensão deve estar integrada no subprojecto da rede de turismo industrial e não num projeto relativo à rede de lugares com história; – Sobre a questão da barragem das Cortes, referiu que a opção foi incluir apenas duas barragens, mostrando abertura para discutir e concertar. Mas referiu que existem muitas outras barragens na região centro e que não é possível referenciar todas, sob pena enfraquecer as mais relevantes. Em relação ao que disse na intervenção a representante do **Património Cultural I.P**, contrapôs a ideia de que, de alguma forma, tenha sido desconsiderada a cultura e arqueologia na proposta. Admitiu, no entanto, que não tenha sido dado a ênfase necessária à valorização do papel do património cultural, e concomitantemente do património arqueológico, disponibilizando-se para fazer a concertação necessária. Em relação à intervenção do **Primeiro Secretário da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria** sobre o mercado de carbono e sua valorização, referiu que esta matéria está ligada aos serviços de ecossistema, e que ambas necessitam de um estudo aprofundado para se fazer caminho no sentido da sua contabilização e consequente concretização. Salientou a necessidade de quantificar os serviços, para estabelecer o quadro de compensações (quem paga versus quem recebe), reconhecendo que neste domínio o entendimento é ainda	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
	muito teórico e pouco aplicável. Terminou, referindo que a proposta do PROT já integra esta temática que deverá estar ligada ao subsistema do Pinhal Interior. Sobre a intervenção do **Presidente da Câmara Municipal do Fundão**, referiu que irá ser dada maior atenção tanto às matérias referidas no quadro dos documentos do PROT, como à possibilidade de refletir a heterogeneidade do território no quadro normativo. A **Presidente da CC, Fernanda do Carmo** Voltou a passar a palavra à assembleia, dando continuidade ao debate e intervenções. O **Presidente da Câmara Municipal da Murtosa, Joaquim Baptista** Deixou os seguintes comentários: – Sobre os modelos normativos comentou que o PROT, não deixando de ser um documento orientador, será também, no futuro, um documento regulador, nomeadamente para os PDM. Deixou um comentário associado à política de uso e transformação dos solos. Sobre o modelo de ocupação do litoral, referiu que está subjacente à proposta apresentada, uma política de concentração, tocando quase a interdição de transformação e de urbanização dos solos. Reiterou que a região não pode ter um documento com uma visão tão estática e tão redutora, da qual se pode perceber a importância da concentração urbana e da rentabilização das infraestruturas, mas que não antevê o efeito de desequilíbrio do mercado da habitação e a especulação imobiliária que acarreta. – Concluiu referindo que o grande desafio é a disponibilidade de solos urbanos para habitação e que aguarda com expectativa a alteração da política de solos, nomeadamente através da iniciativa legislativa em preparação sobre esta matéria; – Sobre as florestas, referiu que na proposta do PROT existe a intenção de condicionar o modelo de ocupação nos solos rurais. Citou a proposta do PROT que refere "*promover a concentração de edificações e áreas mais facilmente defensáveis, evitando recursos de proteção e socorro especiais,*	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
	bem como a dispersão dos recursos de combate (…) exigindo medidas complementares de autoproteção", para concluir que não se pode afastar as pessoas da floresta, afirmando que a floresta e o homem são partes integrantes de um mesmo sistema. Acrescentou ser necessário olhar para a floresta não apenas como um recurso ambiental, mas, simultaneamente, como um recurso económico, sobre pena de existir o risco de o território ficar mais desertificado, porque as pessoas são afastadas; – Ainda sobre as florestas, mas na temática dos sobrantes, referiu que a região de Aveiro, há uns anos, fez uma proposta que, afirmou, está estabilizada, é concertada e sustentável do ponto de vista económico e ambiental: a criação de uma rede de recolha de sobrantes na região de Aveiro, que tem cerca de 50% do seu território em área florestal. Salientou que esta proposta inclui uma central de biomassa e que "que existe articulação entre a CIM e os municípios para que a região de Aveiro integre este projeto piloto; – Sobre o litoral, referiu que a proposta do PROT é manifestamente restritiva e pretende ir mais longe do que os programas existentes e em vigor. Informou que os municípios abrangidos pelo Programa de Orla Costeira de Ovar - Marinha Grande têm vindo junto da tutela, através da Agência Portuguesa do Ambiente, a procurar fazer um trabalho de adaptação deste instrumento, tornando-o substancialmente mais flexível e mais reativo às especificidades do território, nomeadamente para que venha a permitir a colmatação urbana, uniformização de cérceas e a adaptação a novos usos e, por via disso, contribua para qualificar o litoral e não seja um documento tão restritivo que leve à desqualificação do litoral. – Concluiu, referindo que o desígnio não é aumentar a exposição ao risco e que os municípios não pretendem aumentar as frentes urbanas no litoral, mas sim qualificá-las. Finalizou referindo que, no seu entender, o PROT devia ser mais generalista porque a curto prazo surgirá o conflito entre o processo negocial (relativo às normas do POC) que decorre entre os municípios e a tutela e as orientações da proposta do PROT.	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
	O **Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Ribau Esteves** Enalteceu o trabalho positivo desenvolvido, informando que o município submeterá na plataforma os seus comentários objetivos por escrito, que passou a sinteticamente a referir: – Relativamente à questão do offshore, alertou para a necessidade de avaliar a forma como esta matéria é inscrita no PROT mas que, para isso, seria importante ter mais informação sobre a forma como o Governo quer formalmente aprovar e gerir o Plano de Afetação para Energias Renováveis Offshore - PAER, para que exista coerência nesta matéria; – Relativamente ao sistema económico, referiu que vale a pena enfatizar as funções económicas do território, clarificando as funções distintivas dos territórios e valorizando o exercício negocial, nomeadamente através da promoção de compensações, exemplificando com a área da cultura e do turismo de natureza; – Sobre a questão da habitação, referiu a importância de atualizar e alinhar a proposta do PROT com a nova normativa que se perfila no domínio do uso e classificação dos solos (a emanar do Governo), nomeadamente através da revisão da orientação do último parágrafo da página 246 da proposta do PROT, que, referiu, é difícil de ler e de interpretar. – Referiu que o principal problema das cidades é a hipervalorização dos custos da habitação. Propôs incluir no PROT uma estratégia para repovoar as aldeias na envolvente próxima de centros urbanos. Aldeias onde, referiu, vivem poucas pessoas e fecharam escolas. Nessas aldeias, acrescentou, pode existir uma oferta de habitação a um custo diferenciado que pode contribuir para baixar pressão nos grandes centros e ajudar a inverter a desertificação destas aldeias. Salientou, ainda, o contributo desta proposta para aumentar a oferta de habitação acessível respondendo, também, ao brutal fluxo migratório verificado nos últimos anos. A **Vice-Presidente da Câmara Municipal do Sabugal, Sílvia Nabais**	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
	Começou por expressar que a leitura da proposta do PROT lhe causou alguma apreensão porque lhe suscitou a pergunta: o que é que se espera do nosso território? E passou a identificar os componentes e dinâmicas do território que entende serem importantes de valorizar e enfatizar na proposta do PROT: – Sortelha, enquanto motor de desenvolvimento e de atração do território; – O setor agroflorestal e agropecuário, que continua a ser um setor de extrema importância no território, nomeadamente, a produção da castanha, que tem vindo a aumentar significativamente no território do Sabugal por impulso, também, da Câmara Municipal, sendo uma atividade que se prevê venha a crescer e que tem uma grande importância em termos económicos para as famílias; sobre a agropecuária, referiu ainda que existem, num território com 11500 habitantes, 12000 cabeças de gado bovino e 13000 cabeças de gado ovino e caprino, salientando que este é um setor que sustenta muitas famílias e muito contribui para a fixação de população. O representante da **Câmara Municipal de Pedrogão Grande, Bruno Gomes** Enfatizou as palavras do Presidente da Câmara do Fundão, Paulo Fernandes, relativamente à questão das normas sobre o solo rural/rústico. Informou que o município de Pedrogão Grande, após o fatídico ano de 2017, tem vindo a fazer um esforço significativo no tratamento das faixas de gestão de combustíveis. Informou que o município tem uma grande parte do solo rural infraestruturado e que está a ser concluída a revisão do PDM. Referiu, ainda, que apenas 8% do território de Pedrogão Grande tem compatibilidade para usos como serviços, habitação e turismo. Informou que foram surpreendidos por o município ser o décimo a nível nacional com mais estrangeiros (sobretudo de origem europeia) face aos portugueses. Referiu que este fenómeno provoca uma grande procura para instalar atividades em áreas rurais que o município não pode apoiar e licenciar. Face a este quadro alertou para a necessidade de que as normas do PROT não restrinjam a fixação populacional em solo rural em contraciclo com estas dinâmicas que são muito importantes para o incremento da resiliência destes territórios de baixa densidade. O representante da **Câmara Municipal de Gouveia**, **Vítor Souto**	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
	Referiu que na proposta do PROT é dada pouca importância ao IC7, em contraponto à valorização, que considerou como positiva, dada ao IC6. O representante da **Câmara Municipal da Figueira da Foz, João Martins** Informou que submeteram os contributos da Câmara Municipal na PCGT, os quais se centram tanto nas questões estratégicas como nos normativos. Expressou o entendimento de que deve existir uma dinâmica maior na requalificação do solo rústico, e que este aspeto deve ser refletido enquanto orientação da proposta do PROT, isto é, permitir que haja expansão de aglomerados rurais e que determinados usos sejam admitidos em determinadas categorias de solo rústico. Sublinhou ainda que, embora no município que representa existam cerca de 200 aglomerados rurais – áreas dispersas onde é permitida a edificação –, muitas dessas zonas têm vindo a registar uma nova dinâmica e encontram-se, em alguns casos, totalmente ou parcialmente infraestruturadas. Concluiu que era importante que a proposta do PROT pudesse refletir esta dinâmica. Referiu-se ainda à questão do Programa de Orla Costeira de Ovar - Marinha Grande, chamando a atenção para o esforço de concertação que os municípios têm feito no sentido de introduzir alterações para criar uma dinâmica diferente, manifestando a opinião de que a proposta do PROT deve considerar estes esforços. A **Presidente da CC, Fernanda do Carmo** Deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da CCDR Centro para comentar este grupo de intervenções**.** O **Vice-Presidente da CCDR Centro, Eduardo Anselmo de Castro** Comentando as intervenções do Presidente da Câmara Municipal da Murtosa e do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, relativas à questão da habitação, referiu compreender os argumentos apresentados, mas acrescentou que o problema da habitação não se resolve só com disponibilidade de solo e que existe a necessidade de conciliação de opções, por exemplo, entre construir ou habitar a floresta, em contraponto	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
	com o fenómeno dos incêndios. Instou a que se procure o equilíbrio na valorização/reabilitação/reconstrução do existente para responder às necessidades de habitação e que só depois de esgotadas estas opções se equacionem as áreas de expansão. Ainda na sequência deste tema, e sobre a referência a solo rústico que está infraestruturado, alertou para o facto de que solos com infraestruturas como eletricidade, água, etc., não são considerados solo rústico e que o que a proposta do PROT visa conter é a edificação dispersa em áreas não infraestruturadas. Concluiu afirmando que as normas orientadoras do PROT têm poucos parâmetros e traduzem sobretudo intenções, com margem para interpretação. Relativamente à intervenção do Presidente da Câmara de Aveiro, Ribau Esteves, sobre a necessidade de ênfase no que se pode fazer com os territórios do interior, e sobre a convicção expressa de que agropecuária é muito importante, do ponto de vista económico, recordou que a agricultura não emprega mais de 3% da população ativa. Apelou a que se afaste a ideia de que é possível repovoar o interior com a agricultura, mas, salientou que é possível iniciar uma fileira agroindustrial que, essa sim, pode dinamizar este território. A **Presidente da CC, Fernanda do Carmo** Deu a palavra à coordenação técnica da equipa do PROT, para esclarecer a questão das normas orientadoras relativas ao uso e ocupação do solo rústico incluindo no que diz respeito aos aglomerados rurais. A representante da **equipa do PROT Centro, Margarida Bento** Expressou que compreende a preocupação com os temas do uso do solo, reclassificação do solo e habitação e, referindo-se à compatibilização entre as questões da habitação e as novas regras, começou por esclarecer que os espaços urbanos não têm nenhum condicionamento na proposta do PROT. Referiu que se for possível, por lei, reclassificar o solo de rústico para urbano para fazer empreendimentos de habitação, o solo deixa de	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
	ser rústico e passa a urbano, deixando de ter qualquer condicionamento. Reiterou que não deve existir nenhuma preocupação acerca dos novos empreendimentos que estão programados ou vão executados em solo rústico porque estes solos serão devidamente classificados como solo urbano no quadro da lei. Referindo-se à questão da edificabilidade em solo rústico, lembrou que têm de ser cumpridas as regras do PNPOT e da lei que determinam que o uso habitacional em solo rústico deve ser restrito, evitando a dispersão e os riscos associados. Não existe, no entanto, nenhuma limitação às atividades económicas em solo rústico. A única limitação imposta pela lei, que o PROT deve refletir, diz respeito à regulação da habitação em solo rústico. Chamou a atenção para a norma da proposta do PROT, IGT 21 (pág. 250), sobre a delimitação dos aglomerados rurais e a sua expansão controlada, nas situações em que a oferta de habitação tenha condições para se localizar e onde a ampliação destes aglomerados potencie a sua requalificação. Continuou explicitando que a referida norma estabelece que estes aglomerados devem disponibilizar infraestruturas e serviços de proximidade. Acrescentou que a expansão destes aglomerados deve ser regulamentada de forma a garantir a sua qualificação e a articulação de funções habitacionais e de desenvolvimento rural. Referiu que as áreas de expansão controlada constituem uma resposta a dinâmicas demográficas que justifiquem esta opção, desde que não contribuam para a dispersão da ocupação do território. Destacou que a orientação da proposta do PROT visa responder a alguma transformação de crescimento demográfico que possa existir e assegurar que a oferta habitacional de resposta a essa transformação se localize e concentre junto aos aglomerados, evitando a dispersão. Enfatizou que a possibilidade de expansão dos aglomerados está prevista na proposta do PROT e que esta não é quantificada, mas deve ser suportada na necessidade de dar resposta às dinâmicas demográficas. Mais referiu que em sede de revisão dos respetivos PDM os municípios avaliarão, em cada caso, quais são os aglomerados que devem ser alvo de expansão, estabelecendo e caracterizando o dimensionamento dessa expansão.	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
	Concluiu que esta proposta de PROT apresenta limitações à ocupação em solo rústico, procurando dar uma resposta equilibrada e flexível em matéria de expansão dos aglomerados rurais. A **Presidente da CC, Fernanda do Carmo** Tomou a palavra para, em nome da Direção-Geral do Território, deixar os seguintes comentários: – Tendo presente o enquadramento orientador do PNPOT e o quadro regulamentar vigente considera que em matéria de normas orientadoras relativas ao uso e ocupação do solo, designadamente no que se refere à edificação em solo rústico, a proposta de PROT Centro é bastante equilibrada, apresentando algumas soluções inovadoras para acolher edificação sem deixar de assumir a necessidade de contrariar fenómenos de edificação dispersa e isolada. Acrescentou que as alterações legislativas em curso visam responder a necessidades de habitação a custos controlados ou moderados, através de processos de urbanização e edificação vinculados a unidades de execução e a programas de execução contratualizados, obedecendo a métricas e pressupondo procedimentos de reclassificação do solo, não se perspetivando que venham a ser alteradas as orientações do PNPOT relativas à contenção da fragmentação da urbanização e da edificação dispersa em solo rústico. – Mencionou que, tendo por base a experiência dos projetos de operações integradas de gestão da paisagem a questão central está na criação de uma nova visão para a economia da floresta, da agricultura e do agroflorestal. O crescimento de aglomerados será uma consequência natural do desenvolvimento destes territórios e da consequente fixação e atração de atividades e pessoas. – Sinalizou que a elevada expressão da floresta no território da região, os problemas e riscos inerentes ao tipo ocupação e de gestão atual e o potencial que pode representar para a sustentabilidade e a economia regional, o PROT deve aprofundar a abordagem à economia da floresta e das fileiras e atividades associadas e complementares, dando-lhe adequado tratamento ao nível das opções estratégicas, modelo territorial e projetos piloto. Sugeriu que os projetos já propostos (15 e 19) assumam maior ambição no sentido de contribuírem para um melhor posicionamento das cadeias de	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
	valor da floresta e potenciar dinâmicas de reconhecimento dos serviços de ecossistemas e de mercados de carbono, enquanto mais-valias para o desenvolvimento e identidade da região; – O esquema do Modelo Territorial carece de ajustamentos para dar uma expressão mais propositiva da organização territorial, aproximando o conteúdo gráfico do conteúdo escrito; apresentando a – Informou que a DGT irá submeter o seu parecer à proposta de PROT na PCGT Concluindo os seus comentários, passou a palavra à assembleia para mais contributos O representante da **Câmara Municipal da Mira, Ângelo Lopes** – Começou por reforçar os comentários do Presidente da Câmara Municipal Murtosa, e outros, relativamente aos aglomerados urbanos litorais, referindo o esforço que tem vindo ser feito ao longo dos últimos anos junto da administração e da tutela sobre o Programa de Orla Costeira, manifestando o entendimento de que o normativo proposto no PROT é castrador. Referiu que, no seu entender, o PROT não deve ser tão vinculativo a ponto de comprometer o desenvolvimento dos aglomerados litorais existentes. – Manifestou o entendimento de que o PROT não deve definir valores para os núcleos de desenvolvimento turístico, mas sim definir uma estratégia para o setor. – Relativamente à ocupação de solo rústico manifestou a sua concordância com a estratégia de ocupar e densificar as áreas que já são classificadas como solo urbano. – Sobre o normativo da proposta do PROT, afirmou antever um conjunto de restrições e proibições com a nova Reserva Ecológica. Questionou se estas normas não diminuirão o papel dos municípios na definição e no exercício do planeamento nos seus territórios. – Concluiu, constatando que o papel dos municípios na gestão do território e na definição de opções estratégicas está significativamente reduzido, devido ao elevado número de entidades com autoridade sobre o território, restando aos municípios apenas o papel de acatar e transpor as suas orientações.	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
	A **Presidente da CC, Fernanda do Carmo** Constatando que não havia mais inscrições para intervir, passou a palavra à Presidente da CCDR para um último comentário. A **Presidente da CCDR Centro, Isabel Damasceno** Agradeceu todos os contributos, destacou a sua relevância e expressou orgulho pelos atores da região, sublinhando que foi possível constatar a existência de um pensamento estratégico para a região. Expressou compreensão pela recomendação da Diretora Geral da DGT que referiu que o PROT não se deve cingir às questões dos normativos, da habitação e da construção. Destacou que as intervenções foram genericamente sobre a estratégia para a região e, muito residualmente, sobre os pormenores normativos. Frisou que esta proposta de PROT vai muito além dos aspetos normativos. Afirmou que é um documento estratégico e político que se foca no que é importante para a região. Destacou, ainda, os números apresentados pelo Vice-Presidente da CCDRC, que revelam uma perspetiva de reversão do decréscimo populacional graças à emigração que, referiu, felizmente já não fica só nos grandes centros urbanos. Recordou que a proposta do PROT está em discussão desde o princípio do mês de novembro e referiu que os contributos podem ser submetidos até 20 de dezembro. Reiterou a disponibilidade da CCDR para dialogar diretamente com cada um dos interessados no sentido de perceber cada ponto e posição crítica e para os concertar. Concluiu, passando a palavra à Presidente da CC para dar sequência à reunião.	
Apresentação: da proposta de estrutura do parecer final	A **Presidente da CC, Fernanda do Carmo** Referiu a importância de definir uma calendarização para elaboração do parecer final e apelou ao esforço de todos no sentido de elaborarem os respetivos pareceres dentro dos prazos para que, em caso de discordância, possa existir tempo para a ponderação e concertação entre as entidades, antes da emissão do parecer final.	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
	Informou que será disponibilizada uma ficha para recolha dos contributos de uma forma sistematizada salvaguardando, no entanto, os pareceres já submetidos e que não necessitam de ser adaptados à ficha que que será disponibilizada. De seguida apresentou a proposta de **Estrutura do Parecer Final da CC**, com o índice que se segue: *1. Introdução* *2. Alinhamento com o quadro legal e estratégias nacionais e regionais relevantes* *2.1. Objetivos específicos estabelecidos na RCM nº 177/2021 de 17 dez.* *2.2. Estratégias nacionais e regionais relevantes* *3. Conteúdo da proposta do PROT Centro* *3.1. Metodologia* *3.2. Referencial de abordagem* *3.3. Estratégia* *3.3.1. Desafios e Opções Estratégicas de Base Territorial* *3.3.2. Sistemas Territoriais e Modelo Territorial* *3.4. Operacionalização da Estratégia* *3.4.1. Programa de Execução* *3.4.2. Normas Orientadoras* *3.4.3. Modelo de Governança* *3.4.4. Sistema de Monitorização e Avaliação* *4. Relatório Ambiental Preliminar* *5. Conclusões*	

Agenda	Síntese dos trabalhos	Decisão / temática
	Anexos *Lista de representantes da Comissão Consultiva do PROT Centro* *Documentos integrais dos contributos dos membros da Comissão Consultiva (ordem cronológica)*	
Apresentação: da constituição do grupo relator	Relembrou que a orientação do Regimento da Comissão Consultiva relativa ao grupo relator do parecer final do CC, é de que este seja constituído por três entidades (alínea b), do artigo 14º do Regulamento de Organização e funcionamento da CC do PROT Centro). Propôs à aceitação do plenário, a constituição do grupo relator do parecer final da CC pelos seguintes membros da CC: - Direção-Geral do Território, Fernanda do Carmo; - Presidente do Conselho Regional e Presidente da Câmara Municipal do Fundão, Paulo Fernandes; - Representante das Administrações dos Portos de Aveiro e da Figueira da Foz, Eduardo Feio.	Constituição do grupo relator do parecer final da CC, aprovado por unanimidade
Apresentação: do respetivo calendário de elaboração e aprovação	De seguida apresentou **o calendário proposto** para o processo: – até **20 de dezembro de 2024**: receção de pareceres; – entre **20 de dezembro de 2024 e 8 de janeiro de 2025**: elaboração da proposta de parecer final por parte do grupo relator; – **7 janeiro de 2025**: conclusão da proposta de parecer final (DGT/ Grupo Relator); – **8 janeiro de 2025**: envio do Parecer Final à CCDR Centro e disponibilização do Parecer Final na PCGT. Nesta data será convocada a última reunião plenária do CC, a realizar *on-line*. – **23 janeiro de 2025**: 6ª e última reunião plenária do CC para aprovação do Parecer Final.	Calendário proposto aceite por unanimidade
Encerramento	**Fernanda do Carmo**, **Presidente da CC** Agradeceu a presença e participação de todos e deu por encerrada a reunião.	

Assinaturas

Presidente da Comissão Consultiva

FERNANDA MARIA ROSA DO CARMO JULIÃO

Assinado de forma digital por FERNANDA MARIA ROSA DO CARMO JULIÃO
DN: c=PT, o=Cartão de Cidadão, ou=Cidadão Português, ou=Autenticação do Cidadão, sn=ROSA DO CARMO JULIÃO, givenName=FERNANDA MARIA, serialNumber=BI064892514, cn=FERNANDA MARIA ROSA DO CARMO JULIÃO
Dados: 2025.02.05 16:41:57 Z

Secretário da Comissão Consultiva

PAULO ALEXANDRE BERNARDO FERNANDES

Assinado de forma digital por PAULO ALEXANDRE BERNARDO FERNANDES
Dados: 2025.02.06 12:30:49 Z

ANEXO 1

RCM	Entidade	Nome	Presença
Presidência da CC	DGT - Direção Geral do Território	Fernanda do Carmo	**X**
		Ana Seixas	**F**
b) Um representante da área governativa da Presidência do Conselho de Ministros	ACM - Alto Comissariado para as Migrações	Sónia Pereira	**F**
	AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P.	Rui Xavier	**X**
		João Quadrado	**F**
	AD&C - Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.	Nuno Miguel Oliveira Romão	**F**
		Catarina Portela	**F**
	AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I. P.	Pedro Sarmento	**X**
		Leonor Pinto	**F**
	PlanAPP - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública	Susana de Sousa Rodrigues Corvelo Sérgio Faria (substituição)	**X**
		Francisco Furtado	**F**
	EMPD - Estrutura de Missão Portugal Digital	Não nomeou	
c) Um representante da área governativa da defesa nacional	DGRDN - Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional	Maria Conceição Matias Luís Ezequiel	**X**
		António Manuel Neto de Avelar Ghira	**X**
d) Um representante da área governativa da administração interna	ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil	Elsa Costa	**F**
		Carlos Cruz	**F**

e) Um representante da área governativa da justiça	IGFEJ - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça	Fernando Pinheiro	**F**
		Ana Sofia Cândido	**F**
h) Um representante da área governativa da cultura	Património Cultural, I.P.	Patrícia Zimbarra	**X**
		Sandra Lourenço	**X**
i) Um representante da área governativa da ciência, tecnologia e ensino superior	ANI - Agência Nacional de Inovação	Eduardo Bacelar	**F**
		Rosalina Soares	**F**
	FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.	Sandra Fernandes	**F**
		Maria João Sequeira	**F**
j) Um representante da área governativa da educação	DGESTE Centro - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços do Centro	Alexandra Quelas	**F**
		Rigoberto Pereira Correia	**X**
	DGEEC - Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência	Joaquim Santos	
		Marco Pimenta	**X**
k) Um representante da área governativa do trabalho, solidariedade e segurança social	ISS - Instituto de Segurança Social I.P.	Paula Proença	**X**
l) Um representante da área governativa da saúde	ARS Centro - Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.	Isabel Cristina Gaspar Pestana da Lança	**F**
		João Pedro Travassos Carvalho Pimentel	**F**
m) Cinco representantes da área governativa do ambiente e ação climática	DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia	Rosa Isabel Brito de Oliveira Garcia	**X**
		José Toscano	**X**
		Helena Rodrigues	**X**
		Joaquim Santos	**F**
		Marco Pimenta	**F**
		Lino Nossa	**X**

	ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	Paula Gonçalves	**F**
	APA/ARH - Administração da Região Hidrográfica do Centro	Fátima Laranjeira	**F**
		Leonor Silva	**F**
		Nelson Duarte Martins	**F**
		António Santos	**X**
		Ricardo Guerreiro	**F**
		Sara Cabral	**F**
	LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia	Jorge Manuel Ferreira de Carvalho	**X**
	IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.	Sílvia João Gaião Lopes	**F**
		Carla Oliveira	**F**
n) Um representante da área governativa das infraestruturas e da habitação	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	Maria Teresa Abreu Lima	**X**
		Fernando Rodrigues Antunes	**X**
p) Um representante da área governativa da agricultura	DGADR - Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	Inês Castel-Branco	**F**
		Rafael Dantas	**F**
q) Um representante da área governativa do mar (economia e do mar)	Direção-Geral de Política do Mar - DGPM	Miguel Domingues	**X**
			F
	Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. – IAPMEI	Ana Fonseca	**F**
		Paulo Jorge Silva	**X**
	Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos - DGRM	Não nomeou	

s) Um representante de cada CCDR dos territórios contíguos	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte - CCDRN	Célia Ramos	**F**
		Alexandra Cabral	**F**
		Graça Fonseca	**F**
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - CCDRLVT	Carlos Pina	**F**
		Linda Pereira	**F**
		Paula Pinto	**F**
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo - CCDR Alentejo	Rosa Onofre	**F**
		Lilia Fidalgo	**F**
		Helena Mourato	**F**
t) Um representante do conselho regional	Conselho Regional do Centro	Paulo Fernandes (presidente da CM do Fundão)	**X**
u) Um representante de cada uma das comunidades intermunicipais territorialmente competentes	CIM da Região de Aveiro	Joaquim Batista	**F**
		Olga Maria Mendonça da Silva Cravo	**F**
	CIM de Viseu Dão Lafões	Nuno Martinho	**F**
		Ricardo Riquito	**F**
	CIM das Beiras e Serra da Estrela	Sílvia Pereira	**X**
		António Miraldes (Secretário Executivo)	**F**
	CIM da Região de Coimbra	Jorge Miguel Marques de Brito	**F**
		Emílio Augusto F. Torrão (substituto)	**X**
	CIM da Região de Leiria	Paulo Santos	**X**
		Valério António	**X**
	CIM da Beira Baixa	João Carvalhinho	**F**

		Pedro Dias	**F**
v) Um representante designado pelas entidades gestoras dos portos comerciais e um representante das entidades gestores dos portos de pesca da região	Administração do Porto da Figueira da Foz	Jorge Manuel Mesquita Rua	**X**
		Marta Helena Ferreira Alves	**F**
	Administração do Porto de Aveiro	Jorge Manuel Mesquita Rua	**X**
		Marta Helena Ferreira Alves	**F**
	DOCAPESCA - Portos e Lotas	Pedro Peixeiro	**F**
w) Um representante designado pelas entidades gestoras dos aeroportos da região	Autoridade Nacional da Aviação Civil - ANAC	Maria Paula Reixa da Cruz Silva	**F**
		Jorge Manuel Miranda de Freitas	**F**
x) Um representante da Infraestruturas de Portugal, I. P., e um representante designado pelas entidades concessionárias de estradas da região	Infraestruturas de Portugal, S. A -Direção de Planeamento	Nuno Miguel Grilo Gama	**X**
		Bernardo Barros	**F**
	Associação Portuguesa das Sociedades Concessionárias de Autoestradas ou Pontes com Portagens - APCAP	Rui Costa Manteigas	**F**
y) Um representante da entidade concessionária da rede de transporte de eletricidade e um representante designado pelas entidades concessionárias da rede de distribuição de eletricidade da região	REN - Redes Energéticas Nacionais	Vitor Fernandes	**F**
		Carolina Guedes	**F**
	E-REDES - Distribuição de eletricidade, S.A. - Direção de Rede e Concessões Mondego	José Manuel Cardoso	**F**
		Ana Pereira	**F**
z) Um representante da entidade concessionária da rede de transporte de gás e um representante designado pelas entidades concessionárias da	REN Gasodutos S.A.	Não nomeou	
	Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. ou Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	Rui José Lopes Cortês Carvalho Santos	**F**

rede de distribuição de gás da região			
aa) Um representante do Turismo de Portugal, I.P.	Turismo de Portugal, I.P.	Fernanda Praça	**X**
		Marta Lazana	**X**
bb) Um representante da entidade regional de turismo	Turismo Centro de Portugal	Gonçalo Gomes	**F**
		Viriato Dias	**X**
cc) Um representante das associações regionais de empresários do setor do turismo ou, quando não existam, um representante designado pelas associações nacionais de empresários do referido setor	Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal - AHRESP	Jorge Loureiro Sandra Santos (substituição)	**X**
		José Madeira	**F**
		Ludovico Dias	**F**
dd) Um representante da Direção-Geral das Atividades Económicas	Direção-Geral das Atividades Económicas - DGAE	Paula Santos	**F**
		Ana Isabel Saraiva	**F**
		Sónia Melo	**F**
ee) Um representante de cada associação empresarial e agência de desenvolvimento de âmbito regional	Câmara de Comércio e Indústria do Centro - CEC	José Manuel da Silva Couto	**X**
		Rogério Manuel dos Santos Hilário	**F**
ff) Um representante de cada associação de agricultores de âmbito regional	Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal - CONFAGRI	Ana Martinho	**F**
		Aldina Fernandes	**F**
gg) Um representante de cada associação de produtores florestais de âmbito regional ou,	FORESTIS - Associação Florestal de Portugal	Carlos Oliveira Sandra Correia (substituição)	**X**
		Rosário Alves	**F**

quando não existam, de âmbito nacional	BALADI - Federação Nacional de Baldios	Pedro Gomes	**F**
		Daniel Serralheiro	**F**
hh) Um representante designado pelas associações de pescadores e pelas organizações de produtores do setor da pesca, de âmbito regional	APAq - Associação Portuguesa de Aquacultores	Não nomeou	
	AAPL – Associação dos Armadores da Pesca Local, Costeira e do Largo do Centro Litoral		**F**
ii) Um representante de cada uma das universidades da região	Universidade de Coimbra - UC	Luciano Lourenço	**F**
	Universidade da Beira Interior - UBI	José Páscoa	**F**
		Pedro Ricardo Morais Inácio	**F**
	Universidade de Aveiro- UA	Filipe José Casal Teles Nunes	**F**
		Gonçalo Alves de Sousa Santinha	**F**
jj) Um representante de cada um dos institutos politécnicos da região	Instituto Politécnico de Castelo Branco - IPCB	Rui Manuel Amaro Alves	**F**
		Luís Cláudio de Brito B. G. Quinta-Nova	**X**
	Instituto Politécnico de Leiria - IPL	Carlos Manuel da Silva Rabadão João Pedro Cruz Silva (substituição)	**X**
		Paula Marisa Lopes Gomes	**F**
	Instituto Politécnico de Viseu - IPV	Não nomeou	
	Instituto Politécnico da Guarda - IPG	Não nomeou	
	Instituto Politécnico de Coimbra - IPC	Não nomeou	

kk) Um representante das associações culturais e sociais ou de desenvolvimento local da região	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local - Animar	Marco Domingues Frederico Reis (Substituição)	**F**
		Célia Catarina Pereira Lavado	**X**
ll) Um representante das organizações não governamentais do ambiente, a indicar pela respetiva confederação nacional	Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente - CPADA	Não nomeou	
r) Um representante de cada um dos municípios territorialmente competentes	Águeda	Pedro Alexandre Ferreira Alves	**F**
		Luís Manuel Maia Almeida	**X**
		Jorge Almeida	**X**
	Aguiar da Beira	Hugo Manuel Soares Lopes	**X**
		Tiago Gil Ventura da Veiga	**F**
		Virgílio da Cunha	**F**
	Albergaria-a-Velha	Eduardo Ferreira	**X**
		Mónica Bandeira	**X**
		António Augusto Loureiro Santos	**F**
	Almeida	Francisco Xavier	**F**
		Rui Mendes	**F**
		António José Monteiro Machado	**F**
	Alvaiázere	João Paulo Guerreiro	**F**
		José Luis Carvalho	**F**
	Anadia	Hugo Fonseca	**X**

		Maria Teresa Correia Cardoso	**F**
	Ansião	Alda Sofia Mendes Gaspar	**X**
		Bruno Miguel Nunes da Silva	**F**
		António José Vicente Domingues	**F**
		José Brás	**F**
	Arganil	Luís Nogueira	**X**
		Cláudia Silvestre	**F**
		Luís Paulo Costa	**F**
	Aveiro	José Agostinho Ribau Esteves	**X**
		Cláudia Reis	**F**
	Batalha	Patrícia Nascimento	**X**
		Raul Castro	**F**
	Belmonte	Paulo Borralhinho	**F**
		Carlos Fernando dos Santos Dinis Simões	**F**
		António Pinto Dias Rocha	**F**
	Cantanhede	Paulo Alexandre dos Santos Marques	**X**
		Rosa Maria de Jesus Pascoal	**X**
		Serafim Pires	**F**
		Verónica Silva	**X**
		Maria Helena Gomes de Oliveira	**X**
	Carregal do Sal	Cristina Maria Sobral Silva	**F**

		Joana Pereira	**F**
		Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz	**F**
	Castanheira de Pêra	Ana Paulo David Antunes Lourenço	**F**
		Paula Teixeira	**F**
		António Manuel Henriques Antunes	**F**
	Castelo Branco	Hélder Manuel Guerra Henriques (Vice-Presidente)	**X**
		Luís Resende Fernando Sousa (Substituição)	**X**
		Leopoldo Martins Rodrigues	**F**
	Castro Daire	Bruno Coelho	**X**
		Paulo Martins de Almeida	**F**
	Celorico da Beira	Ivo Ricardo Ramos Borrego	**F**
		Carlos Manuel da Fonseca Ascensão	**F**
	Coimbra	Rui Manuel dos Santos Cotão	**X**
		Rui Campino do Nascimento	**F**
		José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva	**F**
	Condeixa-a-Nova	Sofia Correia	**F**
		João Paulo Neves da Cunha Pimenta	**F**
		Nuno Miguel Rondão Moita da Costa	**F**
	Covilhã	Vítor Manuel Pinheiro Pereira	**F**
		José Armando Serra dos Reis	**X**
		Isabel Maria Barata Matias	**X**

		Jorge Manuel Galhardo Vieira	**F**
	Estarreja	Diamantino Manuel Sabina	**F**
		Paula Ribas (substituição)	**F**
	Figueira da Foz	João Paulo Martins	**X**
		Ana Catarina Machado de Sousa	**X**
		Rita Dias	**F**
		Pedro Miguel de Santana Lopes	**F**
	Figueira de Castelo Rodrigo	Manuela Maia	**F**
		Laura Cristina Besteiro	**X**
		Carlos Manuel Martins Condesso	**F**
	Figueiró dos Vinhos	Sónia Maria Dias Costa	**F**
		Jorge Manuel Fernandes de Abreu	**F**
	Fornos de Algodres	Paulo Manuel das Neves Santos	**X**
		António Manuel Pina Fonseca	**F**
	Fundão	Paulo Alexandre Bernardo Fernandes	**X**
		Ana Isabel Aranda e Cunha	**F**
	Góis	Marina Isabel Lopes Pais	**X**
		Filipe Miguel Rodrigues Moreira	**X**
		António Rui de Sousa Godinho Sampaio	**F**
	Gouveia	Vítor Souto	**X**
		Luís Manuel Tadeu Marques	**F**

	Guarda	Joaquim Luís da Costa Gomes	**X**
		Sérgio Fernando da Silva Costa	**F**
	Idanha-a-Nova	Telma Catarina Gonçalves Nunes	**F**
		Armindo Moreira da Palma Jacinto	**F**
	Ílhavo	João Diogo da Silva Semedo	**X**
		João José Oliveira Carlos	**X**
		João António Filipe Campolargo	**F**
	Leiria	Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes	**F**
		Sandra Machado Macedo	**F**
	Lousã	Luís Miguel Correia Antunes	**F**
		Ricardo Emanuel Soares Fernandes	**X**
		Luís Miguel Correia Antunes	**F**
	Mangualde	Sandra Cristina Amaral Chaves de Abrantes Pais	**F**
		Marco Filipe Pessoa de Almeida	**F**
	Manteigas	Ana Filipa Freitas Martins	**F**
		João Gabriel Craveiro Leitão	**F**
		Flávio Miguel Tacanho Massano	**F**
	Marinha Grande	Inês Maria dos Santos Pinto Marrazes	**X**
		Sandra Elisabete Fonte Saraiva	**X**
		Aurélio Pedro Monteiro Ferreira	**F**
	Mealhada	Florbela Fernandes de Oliveira Delgado	**F**
		Maria Margarida Pontes S. Santos Costa	**X**

		Filomena Pinheiro	**X**
		António Jorge Fernandes Franco	**F**
	Mêda	Pedro Ferreira	**X**
		Paulo Simão	**X**
		Luís Manuel Pêgo Todo Bom	**F**
	Mira	Artur Jorge Ribeiro Fresco	**F**
		Tiago Cruz	**F**
		Ângelo Manuel Morais Lopes	**X**
	Miranda do Corvo	Armando Ferreira Marilene Rodrigues (substituição)	**X**
		Maria de Fátima Costa Ferreira	**X**
		António Miguel Costa Baptista	**F**
	Montemor-o-Velho	Gonçalo Nuno Ferreira Cristo	**F**
		Marta Batista	**X**
		Emílio Augusto Ferreira Torrão	**F**
	Mortágua	Manuel António Pereira	**X**
		Luís Filipe Rodrigues	**X**
		Ricardo Sérgio Pardal Marques	**F**
	Murtosa	Maria Eduarda Figueiredo	**X**
		Aurélio Oliveira	**X**
		Joaquim Manuel dos Santos Baptista	**X**
	Nelas	Susana Maria Rabaça Teixeira Henriques	**F**
		Francisco Nolasco	**F**

		Joaquim Augusto Alves Amaral	**F**
	Oleiros	Cláudia Margarida Dias de Pina Mendes	**F**
		Liliana Martins Dias	**X**
		Fernando Marques Jorge	**F**
	Oliveira de Frades	José Paulo Loureiro	**F**
		Jorge Fernando Paulino Ramos	**X**
		João Carlos Ferreira Valério	**F**
	Oliveira do Bairro	Jorge Ferreira Pato	**X**
		Isabel Cristina Neves Simões	**F**
		Duarte dos Santos Almeida Novo	**F**
	Oliveira do Hospital	Alexandra Maria Silva Simões Henriques	**X**
		Sara Miranda de Almeida Figueiredo	**F**
		José Francisco Tavares Rolo	**F**
	Ovar	Marília Maria Graça Avelar S. Camarinha	**X**
		André Lima Abreu Ana Sofia Dias (substituição)	**X**
		António Pedro Rodrigues Silva	**X**
		Salvador Malheiro Ferreira da Silva	**F**
	Pampilhosa da Serra	Rui Jorge Fernandes Simão	**X**
		Fernando Pereira Alves	**F**
		Jorge Alves Custódio	**F**
	Pedrógão Grande	Bruno Miguel Antunes Gomes	**X**
		Sofia Margarida Simões Carmo	**F**

		António José Ferreira Lopes	**F**
	Penacova	António Magalhães Cardoso	**F**
		Isilda Duarte	**X**
		Álvaro Gil Ferreira Martins Coimbra	**F**
	Penalva do Castelo	Pedro Manuel Domingos Cabral	**F**
		Fernando José Barros de Matos	**F**
		Francisco Lopes de Carvalho	**F**
	Penamacor	José Luís Gil	**F**
		Raquel Marques	**F**
		António Luís Beites Soares	**F**
	Penela	Rui Manuel Simões Lopes	**X**
		Luís Manuel Balão Fernandes	**X**
		Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos	**F**
	Pinhel	João Marujo	**X**
		Rui Manuel Saraiva Ventura Daniela Capelo Vice-Pres. (substituição)	**X**
	Pombal	Sílvia Cristina da Silva Ferreira	**X**
		Ana Cristina Marques Cardoso	**X**
		Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão dos Santos	**X**
	Porto de Mós	Joana Ferreira	**F**
		Luís Reis	**F**
		José Jorge Couto Vala	**F**

	Proença-a-Nova	João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo	**F**
		Célia Cardoso	**F**
	Sabugal	Maria da Glória da Silva Quinaz	**X**
		Ana Isabel Fernandes Martins	**F**
		Vítor Manuel Dias Proença Sílvia Nabais Vice-Pres. (substituição)	**X**
	Santa Comba Dão	Leonel José Antunes Gouveia	**F**
		Teresa Catarina Gomes da Costa	**F**
	São Pedro do Sul	Rui Manuel Ferreira de Almeida	**X**
		Pedro José Cunha Marta António Carvalho Casais	**X**
		Vítor Manuel de Almeida Figueiredo	**F**
	Sátão	Fernando Gomes Morais	**X**
		Alexandre Manuel Mendonça Vaz	**F**
	Seia	Pedro Manuel Ribeiro Conde	**F**
		António Luciano da Silva Ribeiro	**X**
	Sertã	Cristina Alexandra dos Reis Nunes	**F**
		Anabela Farinha Leitão Ruivo Brízio	**X**
		Carlos Alberto de Miranda	**F**
	Sever do Vouga	Hélder Alexandre Vaz Barata Pereira	**F**
		Catarina Rocha	**X**
		Renato Rebelo	**X**
		Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo	**F**

	Soure	Teresa Pedrosa	**F**
		Luísa Margarida Lima Anjo	**X**
		Rui Miguel Fernandes	**F**
		Mário Jorge Nunes	**F**
	Tábua	Susana Margarida Macedo Mendes	**F**
		Maria Luísa Nunes Marques	**X**
		Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz	**F**
	Tondela	João Carlos Figueiredo Antunes	**F**
		Ernesto Pereira	**F**
		Carla Antunes Borges	**F**
	Trancoso	Victor Silva	**F**
		Maria João Costa Gregório	**X**
		Amílcar José Nunes Salvador	**F**
	Vagos	Conceição Fernandes	**F**
		Nuno Carvalho	**X**
		Silvério Rodrigues Regalado	**F**
	Vila de Rei	Paula Cristina Barata Joaquim Crisóstomo	**F**
		Luís Manuel Cardiga Lopes	**X**
		Ricardo Jorge Martins Aires	**F**
	Vila Nova de Paiva	Paulo Jorge Esteves Lopes	**F**
		Nuno Coutinho	**F**
		Paulo Manuel Teixeira Marques	**F**

	Vila Nova de Poiares	Ana Dias	**F**
		Patrícia Margarida Correia Justino	**F**
		João Miguel Sousa Henriques	**F**
	Vila Velha de Ródão	Luís Miguel Ferro Pereira	**F**
		Ana Maria Pires Caramona	**X**
	Viseu	Marcelo Caetano Martins Delgado	**F**
		Isabel Maria Fernandes de Melo Almeida Alves	**X**
		Fernando de Carvalho Ruas	**F**
	Vouzela	Carlos Oliveira	**F**
		Sara Sofia Valente Serrano	**X**
		Rui Miguel Ladeira Pereira	**F**